



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

Rogério de Souza Farias

University of Chicago, Center for Latin
American Studies, Chicago, United
States (rofarias@gmail.com).



ORCID ID:
orcid.org/0000-0001-8593-8708

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



É o Itamaraty uma instituição total? A aplicabilidade de um conceito sociológico em uma burocracia

Is Itamaraty a total institution? The applicability
of a sociological concept in a bureaucracy

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e17002>

Meridiano 47, 17: e17002, 2016

Resumo

Categorias sociológicas são essenciais para compreender as organizações nas quais indivíduos atuam. Poucas são tão populares como a de “instituição total”. Nesse artigo, é apresentado tal conceito, demonstrando primeiramente suas limitações para explicar o cotidiano dos diplomatas no Ministério das Relações Exteriores brasileiro (Itamaraty). Depois, em uma meta-análise, procura-se explicar a razão de tal conceito ser utilizado, a despeito de sua inadequação conceitual para o caso em análise.

Abstract

Sociological concepts are essential to understand organizations. Few concepts are as popular as “total institutions”. In this article, I present the concept, showing first its limitations to explain the life of Brazilian diplomats at the Minister of External Relations (Itamaraty). Then I explain the reason why such concept is used, despite its inadequacy.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Instituições Totais; Escola de Chicago.
Keywords: Brazilian Foreign Policy; Total Institutions; Chicago School; Itamaraty.

Recebido: 07 de janeiro de 2016

Aceito: 28 de fevereiro de 2016

1 Introdução

O outono na Universidade de Chicago é um momento memorável do calendário universitário. Com as folhas caindo, o ano letivo inicia com as dezenas de novos alunos vagando pelo campus, em especial pela área que vai da Biblioteca Regenstein, na Rua 57, até o fim do Quad, na Rua 59, onde ficam o grupo de edifícios neogóticos que compõem o coração da instituição. É na área voltada para a Midway Plaisance que foi construído, em 1929,

o Social Science Research Building (SSRB), o primeiro ambiente acadêmico nos Estados Unidos devotado inteiramente para a pesquisa em ciências sociais, uma tradição de excelência que perdura, em Hyde Park, até os dias de hoje.¹

O conceito “instituição total” é um dos mais citados a serem produzidos pelos egressos da Universidade de Chicago. Ele foi apresentado para o público mais amplo pelo sociólogo canadense Erving Goffman, que concluiu seu doutorado pela instituição em 1949.² Em sua carreira, notabilizou-se em privilegiar uma atitude analítica distinta sobre a sociedade, chamada por alguns como microsociologia. Seu foco foi, sobretudo a interação pessoal cotidiana ordinária e como ela reconstituía identidades. Seu estilo informal e humor sardônico, sua aptidão para observação conjugada com a sua capacidade de ofertar aos leitores conceitos de fácil generalização foi uma das razões pelas quais seus textos conseguiram transpor as rígidas fronteiras da academia para as conversas pretensamente intelectuais do cotidiano pós-universitário. Ainda que tenha sido avesso às entrevistas, tornou-se um dos grandes intelectuais do século XX – mais citado do que lido, mais comentado do que estudado.

2 Instituições totais

Antes de analisar o conceito de instituição total, desejo tratar de sua genealogia. Hoje é consenso que foi proposto antes por Everett Hughes, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, na época em que Goffman estudava no *Quad*. Hughes, ao usar o termo “instituição total” em um de seus seminários, examinou as “restrições” impostas a indivíduos em uma instituição. Utilizando o exemplo dos campos de concentrações nazistas, apresentou o importante elemento dos brutais efeitos psicossociais que uma instituição total exerce sobre seus membros. O mais importante, no entanto, foi o princípio utilizado por Hughes de “perspectiva por incongruência”, pela qual a comparação entre instituições muito diferentes pode ser útil ao avanço do conhecimento. Esse é um dos aspectos mais caros à teoria de Goffman e explica muito do alcance que ela teve nas décadas subsequentes.³

O conceito instituição total ganhou fama no livro *Asilos*, uma coleção de quatro ensaios publicada por Goffman. E o que seria tal conceito? Nas palavras dele,

A total institution may be defined as a place of residence and work where a large number of like-situated individuals, cut off from the wider society for an appreciable period of time, together lead an enclosed, formally administered round of life.⁴

1 Mais detalhes sobre a disciplina de sociologia na Universidade de Chicago em Bulmer: 1984 e Abbott: 1999. Sobre a área de ciência política e pensamento político, Almond: 2004; Emmett: 2010; Heaney: 2007; Kaplan: 2004; Heaney e Hansen: 2006. Na área de economia, talvez a mais famosa, temos Miller: 1962; Samuels: 1993; Overtveldt: 2007; Emmett: 2010; Emmett: 2007; Van Horn, Mirowski e Stapleford: 2011.

2 Sobre a trajetória intelectual de Goffman, ver Smith: 2006.

3 Vienne: 2010a, 26; Vienne: 2010b. Ver, igualmente, Smith, 31 e 70-1; Burns: 1992, 11 e 142; Treviño: 2003, 7. Um exame crítico dessa hipótese é apresentado em Becker: 2003, 659-61. É intrigante que Michel Foucault tenha desenvolvido, paralelamente, e sem conhecimento do trabalho de Goffman, o conceito de “instituições austeras” (Foucault: 1979, 231-56).

4 Goffman: 1961, xiii.

Ele avança para agrupar as instituições totais da nossa sociedade em cinco grupos:

- 1) Instituições que lidam com pessoas consideradas tanto incapazes como inofensivas (asilos de idosos e orfanatos);
- 2) As estabelecidas para lidar com pessoas julgadas incapazes de cuidarem de si próprias, mas que são uma ameaça para a comunidade (manicômios e leprosários);
- 3) As criadas para proteger a comunidade de ameaças intencionais (penitenciárias);
- 4) As criadas para alcançar determinados objetivos, justificando sua existência exatamente para esse propósito (caserna militar, navios, colégios internos e grandes mansões do ponto de vista dos que residem na área dos empregados);
- 5) E as estabelecidas com o objetivo de apartarem-se do mundo, apesar de servirem de campo de treinamento para religiosos (conventos e mosteiros).

Seguindo a tradição weberiana, Goffman indica que essa listagem é exemplificativa. Seria uma tipologia ideal. As instituições totais reais recairiam em um espectro amplo dessas características. Ele, no entanto, apresenta cinco características centrais. A primeira seria o rompimento completo das barreiras que separam normalmente o descanso (dormir), a diversão e o trabalho em um mesmo ambiente físico – *“all aspects of life are conducted in the same place and under the same single authority”*. Segunda, cada atividade do cotidiano de um membro dessa instituição é realizada na companhia imediata de grande número de colegas da mesma instituição, todos tratados da mesma forma e demandados a realizar as mesmas tarefas conjuntamente. Terceira, todas essas atividades são unificadas dentro de um plano supostamente racional desenhado para avançar os objetivos da instituição. Quarta, há uma clara divisão entre o grande número de membros e a cadeia superior de comando ou supervisão, sendo que cada grupo observa o outro de acordo com estereótipos hostis. Por fim, a mobilidade social entre os dois grupos é restrita e a distância é usualmente grande. Diante dessa definição, Goffman informa que há uma incompatibilidade entre instituições totais e as estruturas organizacionais de trabalho assalariado da nossa sociedade.⁵

Como bem indica Greg Smith, “todas as organizações definem a identidade das pessoas em termos de obrigações e expectativas associadas a papéis organizacionais”. O que diferencia a maioria das instituições totais é o fato de estas controlarem todas as partes da vida de seus membros. O indivíduo, nessa situação, é uma matéria prima a ser trabalhada. Goffman destaca, na explicação de como se dá esse processo, as atividades de desaculturação e destreino, além das barreiras erigidas entre seus membros e o mundo mais amplo. Os recém-chegados, dessa maneira, são aterrorizados em um processo de mortificação para abandonar suas identidades pregressas. Isso é feito por regras que prescrevem comportamentos, privilégios que recompensam a obediência e a punição para lidar com infrações.⁶ A instituição total “é o epítome da tirania organizacional e da coerção” como forma de controle social.⁷

5 Ibid., 1-12.

6 Ibid., 13.

7 Smith, 71.

O conceito de instituição total corresponde a um aspecto mais profundo do trabalho acadêmico de Goffman de defesa da individualidade diante da opressão das organizações. Rejeitando ser observador imparcial e passivo, ele tornou-se contestador interessado em examinar a liberdade humana e a vitória da individualidade sob o torpor do totalitarismo institucional. Seus admiradores acreditam ser essa sua maior contribuição e não uma teoria sistemática na disciplina acadêmica de sociologia.⁸

Os trabalhos de Goffman, como já afirmei, acabaram avançando para o terreno fora da academia. Muitos leitores começaram a utilizar o arcabouço construído pelo sociólogo de forma não convergente com o pretendido inicialmente. O conceito de instituições totais foi um caso claro nesse sentido. O sociólogo utilizou o conceito predominantemente para examinar hospitais psiquiátricos, da forma em que existiam na década de 1950 – e aqui devemos notar a confusão conceitual existente entre o termo “instituição” e “organizações” propriamente ditas, algo salientado por vários estudiosos de Goffman. Empresas, universidades e burocracias podem ter algumas características, como a utilização de infra-estrutura comum para dormir, comer e executar atividades de recreação. Mas na maioria das ocorrências estamos diante de adesão voluntária. É certo que todas instituições, segundo Goffman, tentam impor determinada identidade aos seus membros – convergente com os valores, requisitos e expectativas institucionais. Mas poucas chegam a ter as características de instituições totais.⁹

3 O Itamaraty

A primeira análise do Itamaraty do ponto de vista organizacional no século XX redigida fora do órgão de que tenho notícia foi o capítulo final de um volume publicado em 1930 pela Imprensa Nacional. Era uma visão estritamente administrativa, que lidava com a divisão funcional, o fluxo de serviço e outros problemas burocráticos. É uma janela para compreender a situação do órgão no período, mas não se prestou a utilizar o arcabouço teórico já existente nas áreas de ciências sociais.¹⁰ Essa situação perdurou nas décadas seguintes.¹¹ Foi somente na década de 1980 que se publicaram trabalhos teoricamente mais sofisticados.¹² Em nenhuma dessas contribuições, no entanto, foi utilizado o conceito de “instituição total”, apesar de Goffman tê-lo usado desde 1957.

Foi somente em 2007, com a publicação de Cristina Patriota de Moura sobre o Instituto Rio Branco (IRBr), uma publicação originária de sua dissertação de mestrado, que a utilização do conceito foi feita pela primeira vez para examinar a diplomacia brasileira. Seu orientador, o antropólogo

8 Freidson: 1983.

9 Sobre esse aspecto, ver Burns, 2, 144-6, 55.

10 Norton: 1930. Sabemos que as notas sobre o Brasil foram redigidas por um tradutor, mas o nome dele não aparece na publicação. Pelos detalhes internos e administrativos apresentados, é bem possível que tenha sido um dos membros reformadores da carreira de Secretaria de Estado, da qual participavam, entre outros, Maurício Nabuco, Hildebrando Accioly, Hélio Lobo, Manoel Coelho Rodrigues, Raphael de Mayrink e Mário de Barros Vasconcellos.

11 Ver, por exemplo, Azevedo e Silva: 1954.

12 Estou falando aqui de Zairo Cheibub, cuja dissertação de mestrado pode ser considerada a mais influente da área de política externa brasileira (Cheibub: 1984; Cheibub: 1985; Cheibub: 1989).

Gilberto Velho, no prefácio ao livro, deixou explícita a relação entre o trabalho de sua orientanda e a “Escola de Chicago”.¹³

A preocupação de Moura é com os “símbolos e processos que fazem parte da vida diplomática em geral e da constituição de algo que vai além do [I]nstituto [Rio Branco] ou mesmo da dimensão burocrática do Ministério das Relações Exteriores”.¹⁴ O livro é uma obra inovadora e sofisticada, com base na literatura secundária disponível na época e utiliza, principalmente, o trabalho de campo realizado pela autora e o levantamento de informações inéditas.

A utilização do conceito “instituição total” para compreender o Itamaraty ocorre no Capítulo 4 (p. 91). Em uma afirmação convergente com o que pessoalmente já observei, Moura indica que os próprios diplomatas utilizam o conceito para compreender o seu processo de socialização. A autora, após apresentar as teses de Goffman, imediatamente identifica a existência de “inúmeras diferenças entre as características das instituições totais descritas por Goffman e o MRE ou mesmo o IRBr [Instituto Rio Branco]”. Ela informa ter meditado muito para “procurar características próprias das instituições totais no MRE”, chegando à conclusão que “não é a instituição que é total, mas o tipo de adesão que ela requer de seus membros, que implica a incorporação de um *ethos* que pode ser estendido para todas as áreas da vida do indivíduo que passa a se identificar publicamente como um ‘diplomata’ brasileiro.”¹⁵

Dois livros de diplomatas aplicaram posteriormente o conceito “instituição total” ao Itamaraty. O primeiro, de 2011, é a percuciente e inédita análise de Viviane Rios Balbino sobre a atuação feminina no órgão. Fazendo referência à utilização do livro do Goffman por Cristina Patriota, Balbino defende a existência de fortes elos entre os membros da carreira de diplomata “por passarem muitas horas juntos na instituição e, após o horário de trabalho, acabarem frequentando os mesmos locais e reunindo-se voluntariamente em festas e confraternizações”.¹⁶ Dois anos depois, Fernando Guimarães Reis, também utilizando o texto de Cristina Patriota, indicou que o “Itamaraty não se qualifica inteiramente como uma ‘instituição total’”, mas que há uma correspondência com a característica de fechamento atribuída por Goffman a todas as instituições.¹⁷

É correta a percepção de que o conceito é inadequado para explicar o Itamaraty. Primeiro, não estamos falando aqui de um ambiente único em que as pessoas residem e trabalham. Isso não quer dizer que possa existir situação parecida. Em 1850, o Ministério dos Negócios Estrangeiros funcionou efetivamente na residência de Paulino José Soares de Sousa, o futuro Visconde de Uruguai.¹⁸ No início do século XX, vários ministros das relações exteriores residiram no Palácio da Rua Larga, inclusive o Barão do Rio Branco. Essa situação, no entanto, não condiz com o pré-requisito de Goffman, pois todo o grupo deveria estar em situação semelhante.

13 Moura: 2007, 9.

14 Ibid., 14.

15 Ibid., 92-3.

16 Balbino: 2009, 178-9.

17 Reis: 2013, 246-7.

18 Needell: 2006, 157.

Segundo, os membros da instituição devem ter seus laços cortados com o resto da sociedade por um período considerável de tempo, levando uma vida enclausurada. Cristina Patriota argumenta que o fato de a maioria dos que entram no Itamaraty não residirem em Brasília, e terem de cortar os laços e seguir para esta cidade, proveria o sentimento geral de viver em uma “instituição total”.¹⁹ Mesmo que fosse realmente grande a distância geográfica de familiares e amigos, e não existissem meios de comunicação e transporte para periodicamente reinsерirem-se nessa rede anterior, as circunstâncias ainda não corresponderiam ao conceito de Goffman. O autor é bem explícito em indicar que deve existir uma ruptura com o mundo externo. Isso seria contraditório com a profissão, caracterizada por lidar cotidianamente com outros órgãos do Estado, representantes de outros governos, empresários e, na área consular, com cidadãos.

Outra questão é a derrubada completa das barreiras que separam o descanso, o trabalho e a diversão e a necessidade que todos esses domínios se desenrolem em um mesmo ambiente. Apesar de muitos servidores serem consumidos pela sua carreira em todos os momentos do dia e só terem relações dentro do grupo, essa não é uma situação que define a experiência da maioria – e ninguém passa as vinte e quatro horas em um só ambiente, como uma prisão ou em uma caserna militar. Mesmo durante o Instituto Rio Branco, a maioria tem interações sociais externas – na academia, no supermercado, no bar, no aeroporto e assim por diante. A entrada na instituição também não equivale ao processo de reconstrução de identidade coercitivo como forma de controle social. Por fim, deve-se lembrar a incompatibilidade entre as estruturas organizacionais de trabalho assalariado na nossa sociedade e as instituições totais.²⁰ Não é sem motivo que tanto o caso empírico inspirador de Goffman como os trabalhos que mais utilizam o conceito tratam de estabelecimento prisionais, religiosos ou hospitalares. Ainda que, até de forma humorística, se conceba o Itamaraty como uma mistura de prisão, mosteiro e manicômio, não há o preenchimento dos requisitos mínimos para se fazer tal associação. A instituição total, afinal de contas, “é o epítome da tirania organizacional e da coerção” como forma de controle social.²¹

Christie Davies já indicava, em 1989, o excessivo e equivocado uso do conceito de “instituição total”. Para ela, era necessário maior refinamento no entendimento da extensão pela qual a entrada na instituição é voluntária, do objetivo dela, em especial se há alguma missão externa à transformação de seus membros, e dos métodos utilizados para garantir a autoridade (da coerção à remuneração).²² Em todos esses três aspectos, novamente não observamos a conexão com o Itamaraty. A autora, no entanto, apresenta o conceito de *greedy institutions* para casos que se parecem com instituições totais, mas não o são. O termo foi cunhado por Lewis Coser na década de 1970 para referir-se a instituições que demandam compromisso absoluto de seus membros, de forma que estes têm os laços com outros grupos sociais reduzidos e dão à organização lealdade quase exclusiva. Nessa situação, não há confinamento físico e a obediência é geralmente voluntária. Os exemplos, aqui,

19 Moura, 93.

20 Goffman, 13.

21 Smith, 71.

22 Davies: 1989.

são jesuítas, donas de casa, militantes leninistas e cortesãos. Nas Partes I e III de seu livro, dialoga com a lógica weberiana de dominação burocrática e carismática. Esse pode, talvez, ser um conceito com maior capacidade explicativa, e é uma pena que não tenha sido trabalhado até agora no caso do Itamaraty.

4 A função da aplicação da “instituição total” como mecanismo de defesa de jurisdição profissional

Não é adequado a aplicação do conceito “instituição total” ao Itamaraty. Mesmo considerando a elasticidade da tipologia ideal criada por Goffman, é inviável empregá-lo em uma situação que não atinge os requisitos mínimos de nexos teórico. Considerar que, a despeito de não alcançar tais condições, se possa aproveitá-la seria equivocado tanto para Erving Goffman como para a rigorosa tradição sociológica da Universidade de Chicago, da qual a teoria emergiu.

Talvez o mais intrigante, nessa discussão, seja o papel exercido pelos diplomatas na caracterização do órgão como uma instituição total. Essa é uma informação apresentada por Cristina Patriota e algo já escutado, em conversas informais, de vários servidores.²³ Qual a razão dessa associação? Na minha opinião, outra contribuição da Universidade de Chicago, o livro “The system of professions”, do Professor Andrew Abbott, pode ser útil na compreensão.²⁴

Neste relevante trabalho sobre a sociologia das profissões, Abbott examina como um grupo de pessoas consegue constituir e manter um monopólio (entendido pelo termo jurisdição) em uma área de exercício profissional. O nível e a forma pela qual essas situações ocorrem, segundo ele, dependem da sociedade e da época. Algumas profissões se assentam em problemas tecnológicos, como a computação; algumas em problemas organizacionais, como o ensino; um terceiro tipo relaciona-se a objetos da natureza, como o universo, a água e o clima – que originaram a astronomia, a hidrologia e a meteorologia. Em cada uma dessas áreas configurou-se um processo distinto de aquisição de monopólio profissional em termos de diagnóstico e intervenção.

Sua tese é que o desenvolvimento das profissões depende da interação entre a competição jurisdicional com as relações interprofissionais. Esses fundamentos não são necessariamente objetivos. Na verdade, são influenciados pela atividade de diagnosticar (classificar) um problema, criar um arcabouço de conhecimento para compreendê-lo e uma lógica de tratamento e de prática ligada a esses dois primeiros pontos. Nesses exercícios, um aspecto importante é o poder e o prestígio do conhecimento acadêmico. Este tem uma capacidade simbólica de legitimação de uma área profissional fundada em valores culturais associados à racionalidade, à lógica e à ciência.

O poder de uma profissão em uma sociedade “pode ser operacionalmente definido como a habilidade de reter jurisdição (...)”. Essa batalha dar-se-ia perante três domínios distintos: o Estado,

23 Moura, 91-2.

24 Agradeço, aqui, a recomendação do Professor Dain Borges, do Departamento de História, para estudar a contribuição de *optimal matching* em metodologia do Professor Abbott, que me levou a suas publicações na área de sociologia das profissões e sociologia do conhecimento.

o público e o local de trabalho. Nos três, busca-se a cooptação por intermédio do reconhecimento da legitimidade.²⁵

A aplicação desse marco teórico para a área da diplomacia é interessante, em especial para entender a razão da caracterização do Itamaraty como “instituição total”, mesmo quando não são reunidos os pré-requisitos necessários para tanto.²⁶ O processo da profissionalização, entendido por Abbott como criação “de um grupo ocupacional com algum controle sobre um conhecimento especializado abstrato”, depende do convencimento sobre a existência do monopólio de tal conhecimento por um determinado grupo social. Não tratarei aqui de como esse processo desenrolou-se no domínio diplomático brasileiro. Só desejo salientar como a utilização equivocada do termo “instituição total” cumpre certa função nessa dinâmica, dentro da teoria de Abbott. Isso dá-se por dois significados que o termo traz. O primeiro é a rígida separação entre o interno e o externo. Essa demarcação operacionaliza o domínio do monopólio profissional, em detrimento de outros atores. O segundo é como o aprendizado das regras da “Casa”, referenciada nos termos de enclausuramento de Goffman, confere autoridade epistemológica decorrente da aquisição de um conhecimento especializado não só sobre a organização em si, mas também sobre o objeto ao qual se busca jurisdição – aqui, novamente, entendido do ponto de vista da sociologia das profissões e não da perspectiva jurídica.

É claro que só a análise endógena do órgão como instituição não esclarece como ele conseguiu alcançar o posicionamento relativo que tem na formulação e implementação da política externa brasileira, uma vez que outros atores na burocracia e na sociedade também utilizam mecanismos semelhantes. Mas a utilização imprecisa do conceito de Goffman pode ser compreendida a partir de uma narrativa de evolução profissional. É a renovada força da Escola de Chicago na sociologia perscrutando não só conceitos para explicar a sociedade, como a forma pela qual estas mesmas ferramentas podem servir na batalha pela definição de uma jurisdição profissional.

Referências

ABBOTT, ANDREW DELANO. *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

_____. *Department & discipline: Chicago sociology at one hundred*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

ALMOND, GABRIEL A. Who Lost the Chicago School of Political Science? *Perspectives on Politics*, v. 2, n. 01, p. 91-3. 2004.

AZEVEDO, LYGIA DE OLIVEIRA e SILVA, JOSÉ SALDANHA DA GAMA E. *Evolução do Ministério das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1954.

²⁵ Abbott: 1988. A citação é da página 136.

²⁶ Recentemente o arcabouço teórico de Abbott tem sido usado na área diplomática. Ver Sending, Pouliot e Neumann: 2015, 13.

- BALBINO, VIVIANE RIOS. A presença da mulher na diplomacia brasileira no início do século XXI. In: Mathias, Suzeley Kalil. *Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas forças armadas*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 243-63.
- BECKER, HOWARD S. The politics of presentation: Goffman and total institutions. *Symbolic Interaction*, v. 26, n. 4, p. 659-69. 2003.
- BULMER, MARTIN. *The Chicago school of sociology: institutionalization, diversity, and the rise of sociological research*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.
- BURNS, TOM. *Erving Goffman*. London; New York: Routledge, 1992.
- CHEIBUB, ZAIRO BORGES. *Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty* (Mestrado). Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1984.
- CHEIBUB, ZAIRO BORGES. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. *Dados*, v. 28, n. 1, p. 113-31. 1985.
- CHEIBUB, ZAIRO BORGES. A carreira diplomática no Brasil: o processo de burocratização do Itamaraty. *Revista de Administração Pública*, n. 2, p. 97-128. 1989.
- DAVIES, CHRISTIE. Goffman's concept of the total institution: Criticisms and revisions. *Human Studies*, v. 12, n. 1, p. 77-95. 1989.
- EMMETT, ROSS. Oral history and the historical reconstruction of Chicago economics. *History of political economy*, v. 39, n. 1, p. 172-92. 2007.
- EMMETT, ROSS. *The Elgar companion to the Chicago school of economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.
- EMMETT, ROSS B. Specializing in Interdisciplinarity: The Committee on Social Thought as the University of Chicago's Antidote to Compartmentalization in the Social Sciences. *History of Political Economy*, v. 42, n. Suppl 1, p. 261-87. 2010.
- FOUCAULT, MICHEL. *Discipline and punish: the birth of the prison*. New York: Vintage Books, 1979.
- FREIDSON, ELIOT. Celebrating Erving Goffman. *Contemporary Sociology*, v. 12, n. 4, p. 359-62. 1983.
- GOFFMAN, ERVING. *Asylums: essays on the social situation of mental patients and other inmates*. 1st. Garden City, N.Y.: Anchor Books, 1961.
- HEANEY, MICHAEL T. The Chicago School That Never Was. *PS: Political Science & Politics*, v. 40, n. 04, p. 753-8. 2007.
- HEANEY, MICHAEL T. e HANSEN, JOHN MARK. Building the Chicago School. *American Political Science Review*, v. 100, n. 04, p. 589-96. 2006.

KAPLAN, MORTON A. A Great University Makes for a Great Department. *Perspectives on Politics*, v. 2, n. 04, p. 803-5. 2004.

MILLER, H. LAURENCE. On the "Chicago School of Economics". *The Journal of Political Economy*, n, p. 64-9. 1962.

MOURA, CRISTINA PATRIOTA DE. *O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

NEDELL, JEFFREY D. *The party of order: the conservatives, the state, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

NORTON, HENRY KITTREDGE. *Organização dos Ministérios de Estrangeiros. Estudo comparativo dos Ministérios de Estrangeiros de Gran Bretanha, França, Alemanha, Itália, Estados Unidos e comentários à actual organização brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

OVERTVELDT, JOHAN VAN. *The Chicago School: how the University of Chicago assembled the thinkers who revolutionized economics and business*. Chicago: Agate, 2007.

REIS, FERNANDO GUIMARÃES. *Por uma academia renovada: formação do diplomata brasileiro*. Brasília: Funag, 2013.

SAMUELS, WARREN J. *The Chicago school of political economy*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1993.

SENDING, OLE JACOB, POULIOT, VINCENT, *et al.* Introduction. In: Sending, Ole Jacob, Pouliot, Vincent, *et al.* *Diplomacy and the making of world politics*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2015. p. 1-30.

SMITH, GREGORY W. H. *Erving Goffman*. New York, NY: Routledge, 2006.

TREVIÑO, A. JAVIER. Erving Goffman and the interaction order. In: Treviño, A. Javier. *Goffman's legacy*. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield, 2003. p. 1-49.

VAN HORN, ROBERT, MIROWSKI, PHILIP, *et al.* *Building Chicago economics: new perspectives on the history of America's most powerful economics program*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2011.

VIENNE, PHILIPPE. The enigma of the total institution. Rethinking the Hughes-Goffman intellectual relationship. *Sociologica*, v. 4, n. 2, p. 1-30. 2010a.

VIENNE, PHILIPPE. Introduction to Everett C. Hughes "Memorandum on Total Institutions". *Sociologica*, v. 4, n. 2, p. 1-5. 2010b.